

# Índice

---

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	9

## 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	10
10.2 - Resultado operacional e financeiro	17
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	21
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	22
10.5 - Políticas contábeis críticas	26
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	31
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	32
10.8 - Plano de Negócios	33
10.9 - Outros fatores com influência relevante	35

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos****Item 5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros**

Além dos riscos de mercado diretamente relacionados ao negócio descritos no item 4. Fatores de Risco, a Companhia está exposta à riscos de mercado relacionados, principalmente a perdas potenciais resultantes de mudanças adversas nas taxas de juros e de câmbio.

**Risco de Taxa de Juros**

Possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzam os rendimentos dos ativos sujeito a juros flutuantes e/ou quando da flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos ou passivos que estejam marcados a mercado e que sejam corrigidos com taxas pré-fixadas.

A gestão de caixa e o endividamento são ferramentas que permitem mitigar os riscos oriundos de taxas de juros, que é constantemente monitorado. Havendo necessidade, a empresa atua na minimização deste risco, fazendo uso de instrumentos de derivativos de taxas de juros, tais como SWAP de troca de indexadores, onde se troca fluxos de caixa pré-fixados por pós-fixados, ou qualquer outro instrumento que a exerça a função de mitigar o risco advindo e oscilações na taxa de juros.

A companhia tem contratado operações de Derivativos para mitigar os Riscos de Juros das operações de Financiamentos a juros fixos para uma taxa flutuante, e no intuito de tirar a volatilidade do resultado, designou algumas operações como "Hedge Accounting".

Em 31 de dezembro de 2012, as aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia, estão indexados como segue:

a) Tabela antes das Operações com Derivativos e após o efeito das operações com Derivativos.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos***Valores em milhares de Reais*

Sem efeito dos derivativos	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimentos em operações financeiras	2.295.604	46,22%	2.671.549	53,78%	4.967.153	100,00%
Financiamentos	3.883.184	91,96%	339.579	8,04%	4.222.763	100,00%
<b>Com efeito dos derivativos</b>						
	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimentos em operações financeiras	2.295.604	46,22%	2.671.549	53,78%	4.967.154	100,00%
Financiamentos	3.685.383	87,27%	537.380	12,73%	4.222.763	100,00%

**b) Valores expostos por fator de risco***Valores em milhares de Reais*

	Sem efeito dos derivativos		Com efeito dos derivativos	
	Valor	%	Valor	%
Investimentos em operações financeiras	2.671.549	100,00%	2.671.549	100,00%
. CDI	1.396.903	52,29%	1.396.903	52,29%
. Libor	1.274.646	47,71%	1.274.646	47,71%
Financiamentos	537.380	100,00%	537.380	100,00%
. TJLP	213.635	62,91%	213.635	39,75%
. Libor	124.580	36,69%	114.950	21,39%
. CDI	1.364	0,40%	208.795	38,85%

**Risco de Taxa de Cambio**

A administração, após análise das operações e negócios da Embraer, em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o dólar ("US\$" ou "dólar"), é a sua moeda funcional.

Como consequência, as operações da Companhia expostas ao risco de variação cambial são, majoritariamente, as operações denominadas em Reais (custo de mão de obra, despesas locais, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos denominados em Reais), bem como os investimentos em sociedades controladas e coligadas, em moedas diferentes do dólar norte americano.

A Embraer, devido a natureza de sua atuação e ter como moeda funcional o Dólar Norte-americano, considera como exposição cambial seus ativos e passivos atrelados a Reais (Moeda Brasileira). A fim de minimizar perdas em seus resultados financeiros, que em sua maioria são gerados em Dólar Norte Americano, a empresa administra o descasamento de sua exposição em reais a fim de manter o seu equilíbrio.

A companhia busca na gestão diária das operações de compra e venda de moeda estrangeira assegurar que, na realização das transações contratadas, o hedge natural efetivamente se materialize. Essa política minimiza o efeito da variação cambial sobre ativos e passivos já contratados, mas não protege o risco de flutuação dos resultados futuros em função da apreciação ou depreciação do Real que, pode quando medida em dólares, apresentar um aumento ou redução da parcela de custos denominados em reais.

A companhia também busca minimizar o efeito cambial no resultado operacional contratando operações de Derivativos com intuito de proteger o Fluxo de caixa altamente provável das despesas denominadas em Reais, e designando estas como "Hedge

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

accounting de Fluxo de caixa”, uma vez que somente deverá afetar o resultado no momento em que as despesas forem reconhecidas.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia possuía ativos e passivos denominados por moeda nos montantes descritos a seguir:

	Sem efeito das operações de derivativos		Com efeito das operações de derivativos	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos:				
Real	1.033.150	1.164.696	1.033.150	1.164.696
Dólar	3.047.312	1.890.025	3.047.312	1.890.025
Euro	142.301	55.434	142.301	55.434
	<u>4.222.763</u>	<u>3.110.155</u>	<u>4.222.763</u>	<u>3.110.155</u>
Fornecedores:				
Real	172.340	106.416	172.340	106.416
Dólar	1.262.966	1.325.873	1.262.966	1.325.873
Euro	106.539	123.254	106.539	123.254
Outras moedas	8.912	1.162	8.912	1.162
	<u>1.550.757</u>	<u>1.556.705</u>	<u>1.550.757</u>	<u>1.556.705</u>
Total (1)	<u>5.773.520</u>	<u>4.666.860</u>	<u>5.773.520</u>	<u>4.666.860</u>
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros:				
Real	2.108.006	1.724.016	2.108.006	1.724.016
Dólar	2.511.967	2.134.009	2.511.967	2.134.009
Euro	103.259	37.911	103.259	37.911
Outras moedas	243.921	152.930	243.921	152.930
	<u>4.967.153</u>	<u>4.048.866</u>	<u>4.967.153</u>	<u>4.048.866</u>
Contas a Receber:				
Real	64.886	103.097	64.886	103.097
Dólar	1.033.630	755.538	1.033.630	755.538
Euro	3.127	90.353	3.127	90.353
Outras moedas	-	199	-	199
	<u>1.101.643</u>	<u>949.187</u>	<u>1.101.643</u>	<u>949.187</u>
Total (2)	<u>6.068.796</u>	<u>4.998.053</u>	<u>6.068.796</u>	<u>4.998.053</u>
Exposição líquida (1 - 2):				
Real	(967.402)	(556.001)	(967.402)	(556.001)
Dólar	764.681	326.351	764.681	326.351
Euro	142.454	50.424	142.454	50.424
Outras moedas	(235.009)	(151.967)	(235.009)	(151.967)

A Companhia possui outros ativos e passivos que também estão sujeitos à variação cambial e não foram incluídos na nota acima, porém são utilizados para minimizar a exposição nas moedas apresentadas.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:**

A Embraer estabelece políticas e procedimentos para administrar os riscos de taxas de juros e de câmbio. Estes procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de risco de mercado e englobam a análise dos fluxos de caixa previstos, possíveis descasamentos entre ativos e passivos indexados a taxas de juros fixas e variáveis, bem como ativos e passivos indexados a moedas diferentes da moeda funcional. No âmbito da política de gestão financeira aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia pode vir a fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para diminuir os efeitos das flutuações de taxas de juros e câmbio sobre as operações.

**a. riscos para os quais se busca proteção**

A Embraer poderá buscar proteção para qualquer risco de mercado ao qual a empresa esteja exposta, desde que a análise de custo x benefício justifique a contratação da proteção.

**b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

Primordialmente, a Companhia busca minimizar as exposições através do balanceamento entre ativos e passivos expostos aos riscos de taxa de juros e câmbio. Não obstante, quando tal gerenciamento não é suficiente para a proteção dos riscos a Companhia pode administrá-los por meio da utilização de instrumentos derivativos, sendo vedada a utilização desse tipo de instrumento para fins especulativos.

**c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

Ver resposta no item (d.) abaixo.

**d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Caixa, Equivalentes de Caixa e Investimentos Financeiros – Como política de gerenciamento do risco de flutuação nas taxas de juros relativamente às aplicações financeiras, a Companhia mantém um sistema de mensuração de risco de mercado, utilizando o método “Value-At-Risk – VAR”, que compreende uma análise conjunta da variedade de fatores de risco que podem afetar a rentabilidade dessas aplicações. As receitas financeiras apuradas no período já refletem o efeito de marcação a mercado dos ativos que compõe as carteiras de investimento no Brasil e no Exterior.

Empréstimos e Financiamentos – A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer proteção contra o risco de flutuação nas taxas de juros em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

A política de proteção de riscos cambiais adotada pela empresa está substancialmente baseada na busca pela manutenção de ativos e passivos indexados em cada moeda equilibrados e na gestão diária das operações de compra e venda de moeda estrangeira visando assegurar que, na realização das transações contratadas, esse hedge natural efetivamente se materialize.

A valorização do real frente ao dólar norte-americano pode eventualmente acarretar ganho nas operações derivativas, ganho esse que pode ser compensado com uma redução na margem operacional, uma vez que aproximadamente 25% das despesas da Companhia são realizadas em reais.

**e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

A Companhia não opera instrumentos derivativos com outro propósito que não seja o de hedge.

Direitos e obrigações denominadas em moedas diferentes da moeda funcional podem originar operações com instrumentos derivativos, como por exemplo, swaps e Non-Deliverable Forward ("NDF") para equalização da parcela denominada em Reais das despesas e obrigações da Companhia. Tais operações têm o propósito exclusivo de proteção dos riscos patrimoniais e de fluxo de caixa identificados não tendo nenhuma característica de alavancagem ou especulação.

**f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração, e o comitê de Gestão Financeira que auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o cenário econômico e seus possíveis impactos nas operações da Companhia, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando não têm contrapartida nas operações da Companhia ou quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa. Os procedimentos de controles internos da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do risco das contrapartes.

**g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A posição consolidada é apresentada, mensalmente, ao Comitê denominado "Comitê de Gestão Financeira", que acompanha e analisa se a gestão dos recursos e seus respectivos riscos estão em conformidade com a Política de Gestão Financeira da Embraer.

Esta na Alçada deste Comitê, definir a estratégia financeira adotada a ser seguida. De acordo com suas características, determinadas operações só serão contratadas mediante a aprovação deste comitê, ainda que em conformidade com a política de gestão financeira.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Diversas áreas atuam como compliance, tendo como responsabilidade confirmar as características das operações financeiras efetuadas e suas contrapartes, assim como fornecer os relatórios pertinentes a gestão da carteira, informando o Comitê de Gestão Financeira.

A companhia, quando da contratação de Derivativos e quando da designação para "Hedge Accounting", formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens que são objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade do relacionamento. A Companhia faz uma avaliação contínua do contrato para avaliar se o instrumento é "altamente eficaz" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80 a 125 por cento.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos****5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.**

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 não houve alterações nos principais Riscos em que a Companhia está inserida, seguindo a política de gestão.

Os quadros abaixo demonstram os valores expostos aos riscos de taxa de câmbio e juros para os Balanços encerrados em 31 de dezembro de 2012.

**a) Risco Cambial**

*Valores em milhares de Reais*

	<b>Fator de Risco</b>	<b>2012</b>
<b>Ativos</b>		<b>2.931.399</b>
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	BRL	2.108.006
Demais Ativos	BRL	823.393
<b>Passivos</b>		<b>2.946.083</b>
Empréstimos e financiamentos	BRL	1.033.150
Demais Passivos	BRL	1.912.933
<b>Exposição Líquida</b>	<b>BRL</b>	<b>(14.683)</b>



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos****b) Risco de Taxa de Juros***Valores em milhares de Reais*

	<b>Fator de Risco</b>	<b>2012</b>
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	CDI	1.945.633
Empréstimos e financiamentos	CDI	(1.364)
<b>Exposição Líquida</b>	<b>CDI</b>	<b>1.944.269</b>
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	LIBOR	727.420
Empréstimos e financiamentos	LIBOR	(124.580)
<b>Exposição Líquida</b>	<b>LIBOR</b>	<b>602.840</b>
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	TJLP	-
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(213.636)
<b>Exposição Líquida</b>	<b>TJLP</b>	<b>(213.636)</b>

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas



### Item 5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações já foram divulgadas nos itens anteriores.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****ITEM 10.1 Comentário dos Diretores****a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais**

A posição de liquidez da Empresa verificada tanto pelo disponível, quanto pelo caixa líquido (disponibilidades menos endividamento total), diminuiu em relação a 2011, apesar da captação de dívidas no Mercado Local e Internacional de longo prazo. Ao final do exercício de 2012 o caixa líquido teve uma queda de 23%, atingindo R\$ 639,5 milhões.

A Embraer encerrou o ano com um endividamento total de R\$ 4.222,8 milhões, 36% maior dos R\$ 3.110,2 milhões do exercício de 2011 e 77% maior do endividamento de encerramento do ano 2010 de R\$ 2.390,6 milhões. Do endividamento total, 84% refere-se a linhas de longo prazo. O endividamento é composto de R\$ 3.189,6 milhões (75%) em linhas de crédito denominadas em sua maioria em dólares e o restante R\$ 1.033,1 milhões (25%) são denominados em reais, sendo que o prazo médio de endividamento é de 5,8 anos.

A gestão financeira próxima aos clientes permitiu por mais um ano a diminuição do montante total de contas a receber e financiamentos aos clientes.

A posição de estoque encerrou o ano em R\$ 4.404,4 milhões, 2,64% acima do valor correspondente a dezembro de 2011. O valor total dos estoques na moeda funcional da Companhia apresentou uma redução de 4,9%, no entanto a valorização do Dólar ao final do ano que foi de aproximadamente 8,9%. Em 2011, a posição de estoque encerrou o ano em R\$ 4.291,0 milhões, 17% acima do valor correspondente a dezembro de 2010. Este aumento ocorreu principalmente em função da valorização do Dólar ao final do ano que foi de aproximadamente 12,6%, com isso a variação real dos estoques foi menor que 5%.

**Indicadores Patrimoniais**

A seguir, são apresentados os principais indicadores patrimoniais da Embraer, comparados aos últimos três anos:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Destaques Consolidados</b>			
<b>Valores em R\$ milhões</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Disponível(*)	3.543,4	3.946,3	4.862,3
Contas a Receber de clientes, líquida	582,0	949,2	1.101,6
Financiamentos a Clientes	117,5	191,9	224,0
Estoques	3.662,8	4.291,0	4.404,4
Ativo permanente (**)	3.194,6	4.236,9	5.512,1
Fornecedores	1.250,0	1.556,7	1.550,8
Endividamento - Curto Prazo	120,9	472,2	687,1
Endividamento - Longo Prazo	2.269,7	2.637,9	3.535,7
Patrimônio Líquido	5.217,7	5.848,4	6.846,5

(\*) Inclui Caixa e equivalentes de caixa e Instrumentos financeiros ativos de curto prazo

(\*\*) Inclui Imobilizado, Intangível e Investimentos

<b>Indicadores Consolidados</b>			
<b>* valores em R\$ milhões</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Dívida / Patrimônio Líquido*</b>	0,5	0,5	0,6
<b>Giro dos Estoques*</b>	2,1	1,8	2,1
<b>Giro dos Ativos*</b>	0,7	0,6	0,6
<b>ROA</b>	4,10%	0,90%	3,60%
<b>ROE</b>	11,00%	2,70%	10,20%
<b>ROCE (US\$)</b>	16,10%	7,90%	13,30%

O aumento de 36% do endividamento, compensado pelo aumento do patrimônio líquido em 17%, manteve estável a relação entre dívida e patrimônio líquido. Além disso, o giro dos estoques e dos ativos se mantiveram praticamente estáveis devido à continuidade da gestão adotada junto à cadeia de suprimentos. A redução do ROA e do ROE em 2010 pode ser explicada pelo impacto da taxa de câmbio sobre as contas patrimoniais de balanço e também pelas provisões constituídas.

**b) Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:****i – hipóteses de resgate**

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia.

**ii – fórmula de cálculo do valor de resgate**

As empresas do setor Aeroespacial, em geral, apresentam baixo índice de endividamento e, muitas vezes apresentam posição de caixa superior ao total de endividamento financeiro. Na Embraer, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, a posição de caixa e equivalentes de caixa superava o endividamento financeiro em R\$ 1.152,8 milhões, R\$ 836,2 milhões e R\$ 639,5, respectivamente, resultando em termos líquidos, em uma estrutura de capital sem alavancagem.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Embraer mantém plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros, apresentando uma sólida posição de caixa. Em 31 de dezembro de 2012 o caixa total atingiu a cifra de R\$ 4.862,4 milhões. No conceito líquido (caixa total menos endividamento financeiro) a empresa apresentou um saldo de R\$ 639,5 milhões em dezembro de 2012.

A geração operacional medida pelo EBITDA – lucro antes das despesas de juros, impostos, depreciação e amortizações na sigla em inglês, apresentou em 2012 um resultado de R\$ 1.766,1 milhões, resultando uma relação dívida financeira total\EBITDA de 2,4 e um índice de cobertura de juros de 6,2 vezes.

<b>valores em R\$ milhões</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Caixa (Endividamento) Líquido	1.152,8	836,1	639,5
EBITDA	1.069,1	923,0	1.766,1
Endividamento Financeiro	2.390,6	3.110,1	4.222,8
Patrimônio Líquido	5.217,8	5.848,4	6.846,5
Despesas Financeiras	215,9	440,5	285,9
Endividamento Financeiro / EBITDA	2,24	3,37	2,39
EBITDA / Despesas Financeiras	4,95	2,10	6,18
Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	0,46	0,53	0,62

Quadro resumo da situação patrimonial em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012

<b>valores em R\$ milhões</b>	<b>2010<sup>1</sup></b>	<b>2011<sup>1</sup></b>	<b>2012<sup>1</sup></b>
Ativo circulante	8.302,3	9.696,7	10.965,1
Realizável a longo prazo	2.484,1	2.682,8	2.916,5
Imobilizado	2.001,1	2.720,7	3.552,7
Intangível	1.193,5	1.516,2	1.959,4
<b>Total do Ativo</b>	<b>13.981,0</b>	<b>16.616,4</b>	<b>19.393,7</b>
Passivo circulante	3.980,3	5.330,5	5.706,0
Exigível a longo prazo	4.783,0	5.437,5	6.841,2
Participação dos não controladores	171,6	207,1	187,8
Patrimônio líquido	5.046,1	5.641,3	6.658,7
<b>Total do Passivo</b>	<b>13.981,0</b>	<b>16.616,4</b>	<b>19.393,7</b>

<sup>1</sup> extraído das demonstrações financeiras auditadas

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Os investimentos em ativos não circulantes consistem principalmente em gastos em pesquisa e desenvolvimento associados ao desenvolvimento de aeronaves para os mercados de aviação comercial e executiva e investimentos na capacidade industrial no Brasil e no exterior. Geralmente, tais investimentos são suportados com recursos gerados nas operações, empréstimos e financiamentos, principalmente dos órgãos de financiamento públicos BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, contribuições em dinheiro de parceiros de risco, adiantamentos de clientes e, em nível menor, aumentos de capital para atender a essas necessidades.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na data deste relatório, acredita-se que as fontes tradicionais de financiamento tradicionais serão suficientes para atender às necessidades de capital para manutenção dos investimentos e capital de giro, incluindo (1) continuar melhorando a família de jatos EMBRAER 170/190 e os jatos executivos Phenom 100, 300 e Lineage 1000, (2) desenvolver os novos jatos executivos Legacy 450/500, (3) efetuar outros gastos de capital previstos. Até o momento, o acesso a fontes de liquidez não sofreu impacto significativo do ambiente atual de crédito e não se espera que esse tipo de impacto ocorra em futuro próximo.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

Ao final de 2012 o endividamento financeiro total somava R\$ 4.222,8 milhões (R\$ 3.110,2 milhões em 2011) dos quais 84% eram dívidas de longo prazo (85% em 2011). Em março de 2012, a Embraer S.A. assinou um contrato de uma linha de Crédito rotativo não desembolsado com quatro instituições financeiras de primeira linha do mercado brasileiro, no valor de R\$ 1 bilhão, equivalente a US\$ 492 milhões, com vencimento em 8 de março de 2015. Em Junho de 2012, a Embraer S.A. captou recursos por meio de oferta de bônus garantidos (guaranteed notes) com vencimento em junho de 2022, por meio de uma oferta no exterior, no montante de US\$ 500 milhões a uma taxa de 5,15% ao ano. Em março de 2011 a Companhia assinou um contrato de Financiamentos junto ao BNDES e FINEP de aproximadamente R\$ 559 milhões. O custo médio ponderado da dívida denominada em Dólares manteve-se na mesma proporção de 5,91% a.a. em 2011 para 6,09% a.a. em 2012 enquanto que o custo da dívida denominada em Reais diminuiu de 5,14% a.a. para 4,70% a.a. respectivamente em 2011 e 2012.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***em mil de Reais*

<b>Perfil de vencimento do endividamento</b>		
<b>Ano</b>	<b>Valor em R\$</b>	<b>%</b>
2013	687.136	16,3%
2014	132.573	3,1%
2015	134.320	3,2%
2016	164.101	3,9%
2017	899.346	21,3%
Após 2017	2.205.287	52,2%
<b>Total</b>	<b>4.222.763</b>	<b>100,0%</b>

**i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Em outubro de 2006, a subsidiária integral, Embraer Overseas, emitiu US\$ 400 milhões de notas garantidas com juros de 6,375% a.a. e vencimento em janeiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo devedor era de R\$ 791,3 milhões incluindo principal e juros acumulados. Atualmente, 95% dessas notas estão registradas na SEC – Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos e, os 5,0 % remanescentes, estão listadas na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

Em outubro de 2009, a Embraer Overseas emitiu US\$ 500 milhões de notas garantidas com juros de 6,375% a.a. e vencimento em janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo devedor era de R\$ 1.030,2 milhões, incluindo principal e juros acumulados. Estas notas foram listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

As duas emissões de notas garantidas têm juros pagos semestralmente e são incondicionalmente garantidas pela Embraer.

Em 31 de março de 2011, a Embraer S.A. assinou contratos de Financiamento com o BNDES e com a FINEP em Reais, classificado como Desenvolvimento de Projetos, cujo prazo de vencimento será em abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2012 o montante desembolsado foi de R\$ 517,7 milhões e o saldo devedor de principal mais juros em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 522,2 milhões.

Em 8 de março de 2012, a Embraer S.A. assinou um contrato de uma linha de Crédito rotativo não desembolsado com quatro instituições financeiras de primeira linha do mercado brasileiro, no valor de R\$ 1 bilhão, equivalente a US\$ 492 milhões, com vencimento em 8 de março de 2015. Cada instituição disponibilizou em condições de igualdade o valor de R\$ 250 milhões permitindo a Companhia desembolsar o montante total ou parcelas menores, entre 9 de março de 2012 e 7 de fevereiro de 2015. Esta linha de crédito terá um custo anual de CDI mais 1,30% ao ano, quando desembolsado.

Em 15 de Junho de 2012, a Embraer S.A captou recursos por meio de oferta de bônus garantidos (guaranteed notes) com vencimento em 15 de junho de 2022, por meio de uma oferta no exterior, no montante de US\$ 500 milhões a uma taxa de 5,15% ao ano.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

**iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Do total do endividamento, R\$ 4.222,8 milhões, 17,0% correspondem a dívidas com garantias. Esses 17,0% representavam em 31 de dezembro de 2012 o montante total de R\$ 713,1 milhões e são relativos principalmente com as linhas de financiamento de longo prazo junto a FINEP e BNDES. As garantias constituídas compreendem uma combinação de hipoteca de imóveis, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e fiança bancária que totalizam R\$ 878,2 milhões de garantias.

Todas as demais linhas de crédito e financiamentos são dívidas sem garantias reais e concorrem pari passu com os outros débitos da companhia.

**iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário:**

Alguns dos contratos de financiamento de longo prazo incluem obrigações e restrições usuais de mercado, incluindo limites para alavancagem financeira, calculado como dívida líquida total sobre EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 3,5: 1; manutenção de capacidade de cobertura do serviço da dívida, calculada como EBITDA sobre despesas financeiras líquidas de 2,25:1. Além disso, incluem também restrições para a concessão de garantias reais, mudanças significativas no controle acionário, disposição ou venda material de ativos, pagamentos de dividendos acima do mínimo exigido por lei em situações de inadimplência, bem como restrições à realização de transações com subsidiárias e afiliadas fora dos padrões normais de mercado.

Na data deste relatório a Empresa está totalmente adimplente com tais cláusulas restritivas.

**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A linha contratada em março de 2012 junto ao BNDES e FINEP será desembolsada integralmente quando as etapas estiverem totalmente entregues em relação aos Desenvolvidos dos Projetos.

Com a contratação da linha de crédito em Reais junto as Instituições Financeiras de primeira linha a Companhia passou a ter o montante de R\$ 1 bilhão podendo desembolsar entre 9 de março de 2012 e 09 de fevereiro de 2015.

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Não houve alterações significativas nas demonstrações financeiras da Companhia.



## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****ITEM 10.2 Os diretores devem comentar****a - Resultados das operações do emissor, em especial:**

- (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- (ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

**b - Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços,****c - Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Em 2012, a Embraer atingiu e em alguns itens até superou suas estimativas anuais de receita e de margens operacional (EBIT) e EBITDA, divulgadas ao mercado:

**Estimativas 2012 (Quadro 2)**

<b>Receita</b>	<b>US\$ 5,8 – 6,2 Bilhões</b>
<b>EBIT</b>	<b>US\$ 520 – 590 Milhões</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>9,0% – 9,5%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>US\$ 720 – 840 Milhões</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>12,5% – 13,5%</b>

**Receita Líquida e Margem Bruta**

A receita líquida do ano foi de R\$ 12.201,7 milhões (US\$ 6.117,9 milhões), em linha com as estimativas da Empresa (Quadro 2), 24% maior que os R\$ 9.858,1 milhões no ano anterior.

Apesar de a Embraer ter entregue 221 aeronaves em 2012, número superior às 212 aeronaves entregues no ano anterior, o crescimento da receita se deu principalmente a:

- Variação cambial ocorrida durante o período, que afetou positivamente a receita em Real;
- *Mix* de produtos e serviços com maior participação dos jatos executivos grandes, Legacy e Lineage, de valores mais elevados que os jatos leves Phenom;
- Crescimento da receita de Defesa & Segurança em 44%, dada também em parte pela

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

variação cambial ocorrida durante o período, aumentando sua participação de 15% para 17% da receita total da Embraer.

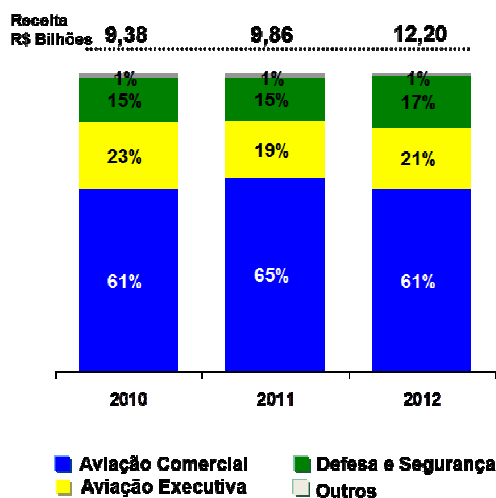
Com isso, a margem bruta encerrou o ano em 24,2%, 1,7 p.p. maior que em 2011 devido aos motivos acima mencionados, além dos ganhos de produtividade e eficiência oriundos do P3E e do pacote de benefícios denominado “Brasil Maior”.

### Receita por Segmento de Negócio e por Região

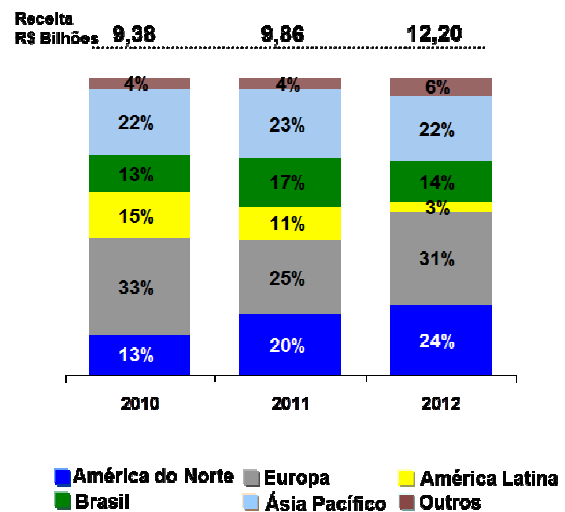
Em 2012, a receita líquida para o negócio de aviação comercial atingiu R\$ 7.371,3 milhões, 16% superior a 2011, principalmente por conta da apreciação do Dólar ocorrida no período. O negócio de aviação executiva obteve receita de R\$ 2.601,9 milhões, ficando 34% maior que o ano anterior, também influenciada por uma maior entrega de jatos executivos grandes, principalmente o Legacy 600/650. A receita líquida do negócio de defesa e segurança foi de R\$ 2.080,8 milhões, crescendo 44% no período, refletindo maior participação nas receitas totais da Companhia, devido principalmente, ao avanço do projeto de desenvolvimento do KC-390. Outros negócios geraram R\$ 147,7 milhões de receita em 2012.

A participação de cada negócio na receita total da Companhia assim como sua distribuição geográfica foi:

#### Receita por Segmento



#### Receita por Região



No ano, as exportações da Embraer totalizaram US\$ 4.951,7 milhões, colocando a Empresa como a quarta maior exportadora brasileira, com participação de 2% no saldo da balança comercial brasileira.

Apesar da crise econômica que atinge a Europa, essa região teve a maior expansão em participação nas receitas da Companhia, atingindo 31% em 2012, principalmente pelo aumento de entregas de jatos comerciais na região. Na América do Norte a participação na receita cresceu para 24%, tendência que se iniciou em 2011. A participação da Ásia Pacífico se manteve estável e a América Latina foi a região que teve a maior queda em participação na receita, de 11% para 3% do total. Apesar das receitas no Brasil terem

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

crescido em termos absolutos, relativamente, se mantiveram estáveis alcançando 14% do total em 2012.

**ENTREGAS DE AERONAVES POR SEGMENTO**

	2012	2011	2010
<b>Aviação Comercial</b>	<b>106</b>	<b>105</b>	<b>101</b>
ERJ 145	-	2	7
EMBRAER 170	1	1	11
EMBRAER 175	20	10	8
EMBRAER 190	62	68	58
EMBRAER 195	23	24	17
<b>Aviação Executiva</b>	<b>99</b>	<b>99</b>	<b>145</b>
Phenom 100	29	41	100
Phenom 300	48	42	26
Legacy 600/650	19	13	11
Lineage 1000	3	3	5
EMBRAER 170 Shuttle	-	-	3
<b>Defesa e Segurança</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>35</b>
Super Tucano	14	8	35
EMB 145 AEW&C	2	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>221</b>	<b>212</b>	<b>281</b>

**Resultado Operacional e Margem Operacional (EBIT)**

Em 2012, o Resultado e a Margem Operacional foram de R\$ 1.217,4 milhões (US\$ 612,1 milhões) e 10,0%, respectivamente, ambos acima das estimativas iniciais da Empresa (Quadro 2). O crescimento do resultado operacional de 133% em relação ao ano anterior pode ser explicado principalmente pelo aumento da Receita Líquida, pela valorização do Dólar em relação ao Real ocorrida em 2012, pela melhoria da eficiência operacional oriunda do Programa P3E, pelo *mix* de receita e produtos entregues no período e também pela contribuição oriunda do pacote de benefícios implementado no país denominado “Brasil Maior”. Cabe ressaltar que em 2011 o Resultado Operacional foi negativamente impactado pelas provisões feitas pela Embraer, relativas a garantias financeiras decorrente do pedido de concordata da American Airlines (AMR).

As despesas com Pesquisas totalizaram R\$ 152,3 milhões em 2012 e ficaram abaixo das estimativas iniciais da Companhia. As despesas Comerciais foram de R\$ 946,8 milhões, aumentando 35% em relação a 2011. Esses aumentos ocorreram principalmente devido ao aumento de atividade pelo crescimento de 24% na receita líquida da Empresa, bem como a continuidade do desenvolvimento da rede de suporte ao cliente, principalmente da Aviação Executiva. Além disso, o dissídio coletivo ocorrido no final de 2011 impactou em cerca de 10% os gastos com a folha de pagamento. Esse item também contribuiu para o aumento no total das despesas Administrativas, que chegou a R\$ 547,9 milhões e se manteve em 4,5% da receita do ano.

A conta Outras despesas operacionais totalizou R\$ 88,3 milhões em 2012, ficando 78% menor que em 2011, quando foi impactada pelas provisões feitas pela Embraer relativas a garantias financeiras decorrentes do pedido de concordata da AMR.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

O EBITDA atingiu R\$ 1.767,5 milhões (US\$ 890,9 milhões) em 2012, 91% maior que em 2011 e a margem EBITDA alcançou 14,4%, ambos acima das estimativas iniciais da Empresa (Quadro 2), pelos motivos apontados anteriormente.

Durante o ano de 2012, a Embraer registrou despesa financeira líquida de R\$ 11,4 milhões, com redução de 93% em relação ao ano anterior, quando esta conta foi negativamente impactada pelas provisões de valor residual (RVG) da AMR.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**ITEM 10.3.** Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a) introdução ou alienação de segmento operacional**
- b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**
- c) eventos ou operações não usuais**

A introdução de segmento operacional, aquisição de participação societária ocorridas no exercícios de 2011 e 2012, não causaram e nem causarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras e nos resultados da Embraer.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**ITEM 10.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Durante o exercício de 2012 a Companhia não realizou nenhuma mudança significativa nas práticas contábeis adotadas na preparação das suas demonstrações financeiras.

Para o exercício de 2012 as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras da controladora apresentadas de acordo com os IFRS são equivalentes às apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), exceto no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que para o IFRS é utilizado o método do custo ou valor justo.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são de aplicação obrigatória para o período contábil iniciado em 1º de janeiro de 2013, 2014 e 2015 e não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. Historicamente a Companhia não tem antecipado a adoção em nenhuma norma.

- IAS 19 – "Benefícios a empregados" revisada em junho de 2011. As principais alterações da norma estão relacionadas com planos de benefícios definidos, onde: (i) elimina o método do corredor para ganhos e perdas atuariais e requer seu reconhecimento imediato em outros resultados abrangentes, (ii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado e (iii) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado por meio da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A Companhia não espera que esta alteração gere impactos nas suas demonstrações financeiras futuras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 – "Instrumentos financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em Outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A adoção da primeira fase do IFRS 9 poderá causar efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, dependendo da composição da carteira na data de implementação. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

- IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” introduz um modelo de consolidação único para todas as entidades com base no controle, independente da natureza da investida. Controle é o fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas de um grupo econômico. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. Não haverá impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pela Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 – “Negócios em conjunto” provê reflexões mais realistas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés da sua forma legal. Estão previstos dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto – que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) empreendimento controlado em conjunto – ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não será mais permitida. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 quando a Companhia deixar de consolidar proporcionalmente suas controladas em conjunto EZ Air Interior Limited e Atech Negócios em Tecnologias S.A. Esta alteração não deve gerar mudanças significativas no lucro líquido da Companhia, contudo haverá alterações nas rubricas intermediárias de sua demonstração de resultado contra rubrica de Equivalência patrimonial, porém os valores envolvidos são imateriais.
- IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. Uma série de novas divulgações também são necessárias, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 - "Mensuração do valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS, contudo, o IFRS 13 não altera os requerimentos relacionados a quais itens devem ser mensurados ou divulgados ao valor justo, então a Companhia não espera alterações nas



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

demonstrações financeiras pela aplicação desta norma. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IAS 1 – “Apresentação das demonstrações financeiras” emitido em junho de 2011. As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2012 e serão aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia de 2013.
- IAS 28 – “Investimentos em associadas e joint ventures”, revisado em 2011. Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Companhia não espera que esta alteração gere impactos nas demonstrações financeiras.
- IAS 32 – “Instrumentos financeiros: apresentação”. Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: divulgações”. As revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013. Os impactos afetarão somente as divulgações da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Conforme descrito no item 10,4.a) a Companhia não realizou nenhuma alteração nas práticas contábeis no exercício de 2012.

**c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Em consequência de uma diferença entre as práticas adotadas no Brasil e as definidas através dos *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o parecer dos auditores independentes das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 apresenta o parágrafo de ênfase a seguir:

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Embraer S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Tal ênfase não tem a intenção de destacar qualquer irregularidade ou ponto de atenção que crie desconforto aos usuários das demonstrações financeiras. O objetivo deste parágrafo de ênfase é destacar uma diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil em relação às definidas nos IFRS, justificando as duas opiniões apresentadas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais (Controladora) e as demonstrações financeiras consolidadas.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

**ITEM 10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os CPCs/IFRSs, exige que a Companhia utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores ativos e passivos, de receitas e despesas e de suas divulgações. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras incluídas neste relatório, são utilizadas variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores considerados razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos negócios, a apresentação da situação financeira e dos resultados das operações da Companhia requer, com frequência, a avaliação dos efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados por variáveis, suposições ou condições diferentes. As políticas de contabilidade mais importantes, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, são descritas a seguir:

- **Receita das vendas e outras receitas operacionais**

A Companhia reconhece receitas de vendas pelos segmentos de jatos comerciais, jatos executivos, de defesa e segurança e outros bens e serviços, quando os benefícios e riscos são transferidos aos clientes, o que, no caso de aeronaves, ocorre quando a entrega é realizada e, no caso de serviços de aviação, quando o serviço é prestado ao cliente.

A Companhia reconhece, também, a receita de aluguel de aeronaves arrendadas, mediante contrato de arrendamento segundo seu prazo, sendo registrada a receita como vendas líquidas no seu respectivo segmento operacional.

No segmento de defesa e segurança, uma parcela significativa das receitas é oriunda de contratos de desenvolvimento de longo prazo com o governo brasileiro e governos estrangeiros, pelos quais as receitas são reconhecidas de acordo com o POC, utilizando o custo incorrido como referência para mensuração da receita. Esses contratos contêm disposições sobre reajuste de preços com base em uma combinação de índices relativos ao custo da matéria-prima e da mão de obra. Periodicamente, é reavaliada a margem prevista de certos contratos de longo prazo, ajustando o reconhecimento da receita com base nos custos projetados para a conclusão. O uso do método POC requer que a

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Companhia estime os custos totais para a conclusão dos contratos. Se os custos totais fossem 10% menores em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no período de 2012 aumentaria R\$ 270.714, caso os custos fossem 10% maiores em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida sofreria queda de R\$ 239.196.

As receitas do Programa Exchange Pool são contabilizadas mensalmente em relação ao prazo do contrato e consistem em uma parte referente a uma taxa fixa e outra referente a uma taxa variável diretamente relacionada às horas de voo da aeronave coberta pelo programa.

São efetuadas transações que representam contratos de múltiplos elementos, como treinamento, assistência técnica, peças reposição e outras concessões, incluídas no preço de venda da aeronave. Contratos de múltiplos elementos são avaliados para determinar se podem ser separados em mais de uma unidade contábil, caso sejam atendidos todos estes critérios:

- item entregue tem valor para o cliente de maneira independente; e
- o preço justo do componente pode ser mensurado confiavelmente.

Se esses critérios não forem cumpridos, o contrato será considerado uma única unidade contábil que resulta em receita, sendo diferida até que esses critérios sejam cumpridos ou após a entrega do último elemento que não havia sido entregue. Se esses critérios forem cumpridos para cada elemento e houver evidência objetiva e confiável do valor justo de todas as unidades contábeis de um contrato, a consideração do contrato é alocada em unidades contábeis separadas conforme o valor justo relativo de cada unidade.

- **Garantias de produtos**

De modo geral, as vendas de aeronaves são acompanhadas de uma garantia padrão para sistemas, acessórios, equipamentos, peças e software fabricados pela Companhia e/ou seus parceiros de risco e fornecedores. A Companhia reconhece a despesa de garantia como componente de custos de vendas e serviços, no momento da venda e com base nos montantes estimados dos custos da garantia que se espera incorrer. Essas estimativas são baseadas em diversos fatores, incluindo despesas históricas com garantias e experiência com custos, tipo e duração da cobertura da garantia, volume e variedade de aeronaves vendidas e em operação e da cobertura da garantia disponível dos fornecedores correspondentes. Os custos reais da garantia do produto podem ter padrões diferentes da experiência prévia, principalmente quando uma nova família de aeronaves inicia seus serviços de receita, fato que pode exigir o aumento da provisão de garantia do produto. O período de garantia varia de três anos para peças de reposição a cinco anos para componentes que sejam parte da aeronave no momento da venda.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

- **Garantias financeiras**

A Companhia pode vir a oferecer garantias financeiras relacionadas às aeronaves vendidas. A garantia é concedida pelo seu valor justo, no momento da entrega das aeronaves quando a mesma é suportada por um financiamento sendo o respectivo valor contabilizado como uma dedução de venda, sendo posteriormente reconhecida como receita de vendas de aeronaves durante o período da garantia concedida. Neste momento a Companhia avalia a situação de crédito do financiado e passa a divulgar sua exposição máxima na Nota 37 - Coobrigações, responsabilidades e compromissos. A Companhia monitora a situação de crédito do financiado e na ocorrência oficial de uma negociação, a exposição é recalculada considerando a melhor estimativa quando e se os pagamentos se tornam prováveis e puderem ser estimados confiavelmente passando a reconhecê-la como uma provisão.

- **Garantias de valor residual**

A Companhia pode vir a oferecer garantias de valor residual relacionadas às aeronaves vendidas. No momento em que são concedidas, as garantias são mensuradas a valor justo e revisadas trimestralmente para refletir eventuais perdas em função do valor justo destes compromissos, que são contabilizadas quando e se os pagamentos se tornam prováveis e podem ser estimados com razoabilidade. O valor justo futuro é estimado utilizando avaliações das aeronaves por terceiros, incluindo informações obtidas da venda ou leasing de aeronaves similares no mercado secundário.

- **Participação na estrutura de vendas de aeronaves**

Nos financiamentos estruturados, uma entidade compra aeronaves da Companhia, paga o preço total na entrega ou na conclusão da estrutura de financiamento e faz um contrato de leasing da aeronave em questão com o cliente final. Uma instituição financeira externa facilita o financiamento da compra de uma aeronave e uma parte do risco do crédito permanece com essa instituição.

Embora não tenha participação acionária, a Companhia controla as operações de algumas EPEs ou tem participação majoritária, absorvendo a maior parte das perdas esperadas destas entidades, se ocorrerem, ou recebendo a maior parte do retorno residual esperado, se ocorrer, ou ambos. Quando a Companhia deixa de ter o controle das operações, os ativos e passivos relativos à aeronave são desconsolidados do balanço.

A Companhia determina que detém o controle das operações das EPEs ou participa de forma majoritária dos riscos e benefícios, principalmente com base na avaliação qualitativa. Isso inclui uma análise da estrutura de capital das EPEs, relações e termos contratuais, natureza das finalidades e operações das EPEs, natureza das participações nas EPEs emitidas e a participação da Companhia na entidade que cria ou absorve variabilidade. São avaliados os projetos das EPEs e os riscos associados aos quais a entidade e os detentores de participação variável estão expostos na avaliação da

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

consolidação. Em casos limitados, quando pode não estar claro sob o ponto de vista qualitativo se a Companhia possui o controle, é utilizada análise quantitativa para calcular a probabilidade ponderada das perdas esperadas e a probabilidade ponderada dos retornos residuais esperados, por meio da modelagem de fluxo de caixa e da medição estatística de riscos.

- **Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)**

Ativos não circulantes detidos para o uso estão sujeitos a uma avaliação de impairment, se os fatos e as circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável com base no maior entre os fluxos de caixa futuros descontados e o valor líquido de venda do ativo. As Unidades Geradoras de Caixa (UGC) da Companhia foram definidas, e são revisadas anualmente, de acordo com as famílias/plataformas das aeronaves e demais negócios desenvolvidos pela controladora e demais empresas do grupo. Os ativos corporativos e aqueles que são aplicados a mais de uma UGC, são alocados proporcionalmente às receitas auferidas a cada UGC. O ágio é alocado a sua respectiva UGC ou quando aplicável a um grupo de UGCs.

Neste caso o teste de recuperabilidade do ágio é efetuado de forma corporativa, ou seja, para as demonstrações consolidadas, considerando assim a sinergia entre as empresas do grupo que integram cada UGC, no entanto, na existência de um ajuste, este é proporcionalizado e registrado em todas as empresas que fazem parte daquela UGC. Os valores líquidos dos ativos correspondentes são ajustados, quando o valor recuperável é menor que o valor contábil.

São utilizados vários pressupostos na determinação do fluxo de caixa descontado a valor presente, incluindo as previsões de fluxos de caixa futuros, que se baseiam na melhor estimativa de vendas e custos operacionais futuros, de acordo, principalmente, com pedidos firmes existentes, pedidos futuros esperados, contratos com fornecedores e condições gerais do mercado.

Mudanças nessas previsões podem alterar, de forma significativa, o valor de uma perda por impairment, se houver. Se a taxa de desconto utilizada para o desconto a valor presente do fluxo de todas as UGCs testadas fosse 10% menor ou 10% maior em relação a taxa utilizada pela Administração, ainda assim, não seriam apresentados ajustes pela não recuperação dos ativos.

- **Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em um mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de valorização. A Companhia utiliza seu julgamento para a seleção de métodos, valendo-se de premissas baseadas em condições de mercado vigentes ao final de cada data de balanço.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

- **Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em diversos países em que opera, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países, onde a determinação da existência de imposto ao final de determinadas operações é incerta. Também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Os valores contábeis das demonstrações financeiras da Controladora são apurados na moeda funcional (dólar) enquanto que a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda brasileira (real). Portanto, flutuações na taxa de câmbio podem afetar significativamente o valor da despesa de imposto de renda reconhecida em cada período, principalmente decorrente do impacto sobre os ativos não monetários.

Se a taxa de câmbio apresentasse uma diferença de 10% em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e contribuição social diferidos, relacionados a certos ativos não monetários, aumentaria o passivo de imposto de renda diferido em cerca de R\$ 217 milhões, caso o real depreciasse em relação ao dólar, o passivo de imposto de renda diferido diminuiria cerca de R\$ 217 milhões, caso o real apreciasse em relação ao dólar.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**ITEM 10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar**

**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos avalia que os controles internos mapeados, implantados e praticados pela Embraer são suficientes, confiáveis e eficazes para garantir a conformidade das demonstrações financeiras.

A análise do escopo, a revisão e testes dos controles são efetuados anualmente. Nos controles em que sejam identificadas eventuais deficiências, ações são estabelecidas para a correção dos controles, as quais são monitoradas para que estas sejam sanadas a tempo da execução do re-teste.

A Embraer acompanha periodicamente o andamento dos testes de eficácia alinhado com a observação da Auditoria Independente.

**b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Os testes de eficácia dos controles internos desempenhados pela Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, que é realizado com o apoio de uma consultoria externa têm como principal objetivo prevenir e antecipar deficiências de controles que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras.

A Diretoria considera que é necessário, o monitoramento e aprimoramento contínuo dos controles internos apontados no relatório do auditor independente. As ações tomadas para remediação dos controles deficientes são monitoradas e apresentadas para Administração.

Como uma boa prática, a Diretoria anualmente antecipa a avaliação do escopo e a revisão das atividades de controle seguida ao arquivamento do 20F. Desta forma espera-se melhorar os processos sem perder a eficácia dos controles internos no momento que os testes forem realizados.



**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

As emissões de valores mobiliários mais recentes realizadas pela Companhia consistem em emissões de títulos de dívida (bonds) no mercado internacional sendo uma emissão de US\$ 400 milhões realizada em outubro de 2006 (vencimento em janeiro/2017) e outra no valor de US\$ 500 milhões realizada em outubro de 2009 (vencimento em janeiro/2020). Ambas foram emitidas pela subsidiária integral, Embraer Overseas Ltd, e contam com a garantia incondicional da Embraer. As duas emissões têm pagamento de juros semestral à taxa de 6,375% a.a. Em junho de 2012, a companhia emitiu nova emissão de título de dívida (bonds) no mercado internacional no montante de US\$ 500 milhões com vencimento em Junho/2022. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo devedor destas emissões era de R\$ 2.841,1 milhões, incluindo principal e juros acumulados.

**a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Os recursos relativos às emissões acima foram utilizados para o pagamento de dívidas existentes, propiciando a alongamento do endividamento geral da Companhia.

**b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não, os recursos foram aplicados de acordo com a destinação divulgada nos respectivos prospectos.

**c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não houve desvio em relação ao acordo do respectivo prospecto.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

**ITEM 10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a - ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items);**

Conforme descrito na nota 37 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012, em seu curso normal de negócios, a Companhia participa de determinadas operações, incluindo obrigações de recompra ("*trade-in*"), arrendamentos e garantias financeiras

- **Trade in**

A Companhia está sujeita a opções de trade-in para sete aeronaves. Em quaisquer operações de trade-in a condição fundamental é a aquisição de aeronaves novas pelos respectivos clientes. O exercício de opção de trade-in está vinculado ao cumprimento das cláusulas contratuais por parte dos clientes. Essas opções determinam que o preço do bem dado em pagamento poderá ser aplicado ao preço de compra de um novo modelo mais atualizado produzido pela Companhia. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de trade-in para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencialmente aceita sob trade-in poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

- **Arrendamento**

Na Controladora os arrendamentos operacionais referem-se a equipamentos de telefonia e informática e nas subsidiárias dos Estados Unidos da América, referem-se a arrendamentos operacionais não canceláveis de terrenos e equipamentos. Esses arrendamentos expiram em várias datas até 2020.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía contratos de arrendamento mercantil operacional cujos pagamentos ocorrerão conforme demonstrado a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	13.881	22.633
2014	10.518	19.109
2015	4.855	13.286
2016	69	7.479
2017	-	39.149
	<u>29.323</u>	<u>101.656</u>

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

- **Garantias financeiras**

A tabela a seguir fornece dados quantitativos relativos a garantias financeiras dadas pela Companhia a terceiros. O pagamento potencial máximo (exposição fora do balanço) representa o pior cenário e não reflete, necessariamente, os resultados esperados pela Companhia. Os recursos estimados das garantias de performance e dos ativos vinculados representam valores antecipados dos ativos, os quais a Companhia poderia liquidar ou receber de outras partes para compensar os pagamentos relativos a essas garantias dadas.

	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Valor máximo de garantias financeiras	764.641	884.557
Valor máximo de garantia de valor residual	761.594	1.017.088
Exposição mutuamente exclusiva (i)	(234.939)	(393.588)
Provisões e obrigações registradas (Nota 25)	(232.806)	(227.281)
Exposição fora do balanço	1.058.490	1.280.776
Estimativa do desempenho da garantia e ativos vinculados	1.341.999	1.681.659

(i) Quando um ativo estiver coberto por garantias financeiras e de valor residual, mutuamente excludentes, a garantia de valor residual só poderá ser exercida caso a garantia financeira tenha expirado sem ter sido exercida. Caso a garantia financeira tenha sido exercida, a garantia de valor residual fica automaticamente cancelada.

A exposição da Companhia é reduzida pelo fato de que, para poder se beneficiar da garantia, a parte garantida deve retornar o ativo vinculado em condições específicas de utilização.

**b - outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras;**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**ITEM 10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

- a) **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

A Companhia possui garantias de valor residual que normalmente asseguram em determinado período que a respectiva aeronave terá um valor residual de mercado do preço original de venda, sujeita a uma limitação ("teto"). No caso do exercício por um comprador de sua garantia de valor residual, a Companhia arcará com a diferença, se houver, entre o valor residual garantido e o valor de mercado da aeronave quando do referido exercício.

No caso de opções de troca (*trade-in*) a Companhia pode ser obrigada a aceitar trocas, a preços que estão acima do preço de mercado da aeronave, o que resultaria em perdas financeiras para a Companhia quando da revenda da aeronave.

Qualquer queda futura no valor de mercado das aeronaves cobertas por direitos de troca ou garantias financeiras reduziria a capacidade de recuperar os valores para cobrir as obrigações e levaria a contabilizar encargos maiores contra as receitas. Não há como assegurar que as condições de mercado na ocasião favoreçam a revenda ou leasing das aeronaves dadas em garantia a seu valor justo estimado ou dentro do prazo necessário. Portanto, honrar a garantia financeira ou as obrigações de troca poderia acarretar grandes desembolsos de recursos em determinado ano, fato que por sua vez reduziria o fluxo de caixa naquele exercício.

Conforme descrito na nota 25 da Demonstração Financeira, a Companhia vem registrando provisão calculada em bases estatísticas, para cobertura de garantias financeiras relacionadas às aeronaves entregues até 31 de dezembro de 2012.

- b) **natureza e o propósito da operação**

Vide item 10.8

- c) **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Vide item 10.8